

GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO NO CAMPO E NA CIDADE¹

Antonio Julio de Menezes Neto²

RESUMO: Este artigo analisa as transformações nas relações campo/cidade, decorrentes do atual processo de globalização e sua influência sobre a cultura e a educação rural. Para tanto, busca as especificidades das escolas de assentamento do MST, entregando a palavra para os sujeitos, principalmente professores de escolas de assentamento, que vivem este processo. Conclui que existe uma dificuldade real de definição dos conceitos de campo e cidade e que o hibridismo cultural, sendo a tendência atual, deve ser debatido nas escolas do campo e nos movimentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização; campo/cidade; educação; modernidade; movimento social.

ABSTRACT: This article analyses the transformations in urban/rural relations, resulting from the current globalization process and its influence on rural culture and education. In order to achieve this goal, it searches the Landless Movement settlements specificities, giving the word to the protagonists, mainly the settlement schools teachers, who go through this process. It concludes by saying that there is a real difficulty in defining urban and rural concepts and that cultural hybridism, as being the current tendency, should be debated at rural schools and social movements.

KEY-WORDS: Globalization; urban/rural; education; social movement

Os campos, as cidades e a globalização

Estabelecer as inter-relações entre o campo e a cidade, mesmo numa época de globalização, pode parecer estranho para aqueles que enxergam o campo como um local desconectado do mundo urbano. Mas, na verdade, estes espaços sociológicos, geográficos e culturais sempre coexistiram

¹ Pesquisa realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Minas Gerais – FAPEMIG- e da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG.

² Professor da Faculdade de Educação da UFMG, setor de Sociologia da Educação: e-mail: ajmn@netuno.lcc.ufmg.br

ao longo dos séculos criando imagens, às vezes românticas, às vezes estereotipadas.

No dizer de Willians (1989, p.11):

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizam-se atitudes emocionais poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, de inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica.

Neste limiar de século, torna-se complexo o olhar sobre estas questões sem inseri-las em um contexto global, sem estabelecer inter-relações entre o campo e o mundo urbano e entre esses e as grandes transformações em curso no mundo. Isto porque campo e cidade, urbano e rural, são realidades sociais e históricas e, portanto, mutantes:

Campo e cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações (Willians, 1989, p.387).

Quando se analisam as relações sociais no campo, neste novo milênio, vê-se que, ao mesmo tempo em que estas sociedades campestres mantêm características próprias, elas entrelaçam-se à economia e a cultura urbana, unem-se, globalizam-se, mundializam-se. Existe um processo dialético de conservação e mudança. Existe um processo dinâmico, onde o mundo rural invade e é invadido pela cultura urbana, criando um campo de difícil definição na relação urbano/rural. Neste momento de globalização do capital e da cultura, a questão rural e urbana apresenta-se com outra configuração, que deve ser vista como uma possibilidade de encontro do “local e do global”, pois a globalização é um processo que se expande para todos os terrenos, como a cultura, a educação, a ecologia, a política e o lazer. Possibilidade que hoje aparece submetido aos interesses da reprodução do capital, mas que pode configurar-se, contraditoriamente, numa perspectiva de emancipação.

Buscando apreender este momento e não isolando a questão rural de um contexto mais amplo, este artigo situa e busca compreender os sujeitos envolvidos nos movimentos sociais e sindicais, no caso, sujeitos vinculados ao MST, e o processo educacional em tempos de globalização. Busca subsídios em escolas controladas pelo MST, pois este Movimento possui uma proposta social, econômica e política mais ampla, investindo, em consequência, em seu projeto escolar.

A pesquisa de campo

Relacionando a teoria elaborada com a prática vivida pelos sujeitos, realizou-se pesquisa de campo³, visando ouvir os sujeitos acerca da globalização campo/cidade e sua inter-relação com a escola e com a cultura. Considerando as diferenças culturais, sociais e regionais dos assentados, foram delimitadas três áreas com especificidades próprias, que serão apresentadas a seguir.

³ Entre setembro de 2002 e julho de 2003. Foram realizadas entrevistas, anotações de campo e documentadas com fotos.

O assentamento integrado

O assentamento Paulo Freire localiza-se no Triângulo Mineiro, próximo ao estado de Goiás, no município de Santa Vitória. É composto de 40 famílias que são assentadas desde 1997. A desapropriação ocorreu através de acordo amigável entre o antigo proprietário e os ocupantes da fazenda. As propriedades são individuais e integradas ao conjunto dos pequenos agricultores do município. Ou seja, é um assentamento que encontra-se consolidado e, os sinais aparentes de que foi fruto de ocupação empreendida pelo MST, são poucos.

O processo de socialização dos moradores acontece por intermédio de duas associações. Conforme relatos, estas são demarcadas politicamente, pois enquanto uma delas possui fortes vínculos com o Movimento Sem Terra, a outra seria mais “despolitizada”, no dizer de um morador. Esta divisão entre assentados vinculados e não vinculados ao MST não cria conflitos e transtornos, apesar de demarcar posições políticas. A escola abriga alunos filhos de famílias com vinculação política ao MST, assim como abriga alunos cujas famílias não possuem vínculos com o Movimento Sem Terra. A escola que atende aos alunos no assentamento denomina-se “Escola Nossa Senhora das Graças”. Existem propostas para que seja denominada “Escola Paulo Freire”, mas não se concretizou. É uma escola municipal, sob responsabilidade da Prefeitura de Santa Vitória.

A escola funciona na antiga sede da fazenda e possui, desta forma, um bom espaço físico, com sala para professores, cozinha, salas de aula e sala de vídeo. No local existe, inclusive, desativada, uma piscina. Atende alunos da educação infantil (3º período) e oferece ensino fundamental completo. No período da manhã, a escola atende alunos de 5ª a 8ª séries e no período da tarde funciona a educação infantil e de 1ª a 4ª. O sistema é seriado. Os alunos tomam café e almoçam na escola.

A escola atende a cerca de 110 alunos de toda a região. Mesmo sendo uma escola fruto de uma ocupação de terra, visivelmente não existe vinculação entre as propostas educativas produzidas pelo Movimento Sem Terra e a proposta educativa da escola. Bandeira e músicas ligadas ao Movimento, uma das marcas das escolas de assentamento com forte influência do MST, não estão presentes na escola. Documentos políticos e pedagógicos produzidos pelo MST não são encontrados na escola e são, quase sempre, desconhecidos pelos professores.

Os professores, em sua maioria moram na cidade⁴ e todos possuem curso de magistério ou superior. Desconhecem os cursos específicos mantidos pelo Movimento, como o curso de “Pedagogia da Terra” – curso superior que o MST mantém através de convênio com algumas universidades – conforme conversa mantida com professores e a direção da escola⁵ acerca da conveniência de manter um curso específico de “Pedagogia da Terra”: Eu entendo pedagogia como um curso só, sem distinção. O que eu entendo de pedagogia da terra, o que eu já vi, é igual, quase igual à escola agrícola.

4 Num universo de treze professores, três professores moram no assentamento.

5 A entrevista foi realizada em forma de diálogo conjunto com a diretora da escola e com três professores.

Os professores defendem que esta formação limitaria o professor e que não seria interessante em um curso de graduação. Mas como especialização, afirmam, poderia ser interessante. Dizem:

Muitos lugares ainda discriminam o pessoal do MST. Hoje não é tanto, mas ainda tem lugar que eles são discriminados. Então, se ele faz essa pedagogia e em algum lugar ele é barrado para trabalhar?

Eu fiz a pedagogia, fiz a minha pós em pedagogia, então eu acho que fazer a outra seria interessante. Teria um pouco de uma e um pouco da outra.

Conforme relato da diretora da escola, os alunos filhos de famílias ligadas ao MST constituem a minoria dos alunos. A própria diretora da escola, uma pedagoga que mora na sede urbana de Santa Vitória alega não possuir vínculos com o Movimento Sem Terra, assim como alguns professores.

A relação campo e cidade e sua influência na escola, apresenta-se para os professores de forma bem integrada:

É pouca diferença porque nós temos professores lá da zona urbana, de 5ª a 8ª e de 1ª a 4ª. Então, aqui são passados os projetos para as crianças, não tem tanta diferença. Aqui nós trabalhamos sobre tudo. A única diferença é que aqui se trabalha mais a realidade daqui. Colocamos muito isso para eles, porque não adianta trabalhar a zona urbana deixando coisas que eles não conhecem da zona rural. Trabalhamos também coisas da cidade, aquilo que a gente vê que dá para adaptar aqui. Tem condição dela ficar no campo sim. Talvez a profissão que ela escolha seja dentro da área do campo, então a gente já vai colocando isso para ele.

A diretora da escola relata que os jovens querem deixar o campo, até porque a escola só oferece até a 8ª série, porque existe toda a idéia dos atrativos da cidade, dificultando segurá-lo no campo. Mas para a diretora, a falta de trabalho continua sendo o maior empecilho para a permanência do jovem no campo:

É difícil segurá-lo no campo. E outra, talvez aqui não ofereça tanto serviço para ele. Ele já tem uma idade e já quer se tornar independente.

Lazer até que talvez não influencie tanto, estão acostumados na zona rural, então já tem a procura do tipo de diversão. Jogo de futebol, alguma festinha, então não é tanto, mais é de emprego mesmo, trabalho.

Quando se debatem os meios de comunicação, vê-se que a influência da televisão é vista de forma benéfica pela diretora da escola, pois permite, em sua visão, o acesso da criança e do jovem o acesso ao mundo da informação. Para a diretora, a televisão influencia o modo de vida, aproximando o mundo rural do urbano:

No meu ponto de vista é positivo. Talvez alguma notícia que a gente não ouve, eles chegam no outro dia contando o que aconteceu, então eu acho muito importante, a gente trabalha aquilo.
Os rapazes vão vendo aquilo na televisão, então aquilo já vai influenciar muito dentro da casa deles, o modo de vida deles vai mudando.

A integração campo/cidade transparece na fala da direção e dos professores quando eles debatem a necessidade de cursos específicos de formação de professores:

Nós estamos fazendo cursos. Não tem diferenciação de zona urbana com a zona rural. É tudo igual.

Porque ao mesmo tempo em que posso estar aqui na zona rural, posso estar na zona urbana, então tem que ser intercalado. Hoje ele está com 4ª série, ano que vem pode estar com a 2ª. Igual ele ali, está na área de ciências hoje, 5ª a 8ª, quem sabe a hora que terminar a gente vai para o 2º grau? Então tem que fazer curso, intercala tudo.

Por fim, problematizando ainda mais a relação campo e cidade, a diretora da escola considera que as tecnologias tendem a fazer com que o campo seja cada vez mais esvaziado e que a educação poderia ser uma alternativa já que a mudança tecnológica exigiria, concomitantemente, mudanças no perfil das pessoas que permaneceriam no campo:

Daqui uns dias não vai ser preciso do vaqueiro. Não vai precisar porque tem máquinas para plantar tudo, não vai precisar do homem, braçal, está mudando tudo. Então eu acho que o pessoal do campo vai ter que estudar e procurar um meio. Porque se ele não tiver estudo como é que ele vai trabalhar com as máquinas? Porque vai reduzir muito o número de pessoas. Eu acho que cada dia que passa já está bem influenciado por isso.

Conclui-se que a educação no campo, na significação que os professores do assentamento Paulo Freire apresentam, ainda mostra especificidades em relação às escolas urbanas. Porém, a cada dia, a relação campo/cidade torna-se mais complexa. Também pode-se concluir que a consolidação do assentamento e da escola fez com que a influência do MST diminuísse. Com isto, a discussão de valorização da cultura camponesa diluiu-se, mostrando uma das tendências sociais da educação do campo em tempos de globalização da cultura.

O assentamento integrado ao MST

A segunda pesquisa foi realizada em Tumiritinga⁶, pequena cidade localizada no Vale do Rio Doce, Minas Gerais, cerca de 350 quilômetros de Belo Horizonte. Situa-se na região de extração de

6 A pesquisa de campo foi realizada em agosto de 2003 e consistiu em observações e conversas informais e gravadas. As entrevistas gravadas foram realizadas com uma das responsáveis pela Cooperativa e militante do MST e pela professora da escola, moradora na sede do município e simpática ao Movimento Sem Terra

minérios da Companhia Vale do Rio Doce e, apesar disso, é uma cidade tranqüila, de cerca de 5000 habitantes, com um pequeno comércio e de casas simples.

O assentamento surgiu de uma ocupação de terras acontecida no dia Primeiro de Junho de 1993. Na época, a ocupação aconteceu com grandes conflitos. Porém, hoje é aceito pela população de Tumiritinga. O assentamento definitivo, desapropriado pelo INCRA, foi conquistado em 1996. Hoje⁷, conta com 81 famílias, sendo que 39 trabalham em regime cooperativado e 41 em regime familiar individual. Esta é uma discussão em aberto no MST, pois a direção e os princípios do Movimento Sem Terra defendem que a terra seja trabalhada cooperativamente. Porém, devido a cultura camponesa arraigada, aceitou-se que a terra fosse trabalhada também de forma individual familiar.

A área total é de cerca de 2400 hectares e fica distante, apenas, 3 (três) quilômetros da sede do município. O local, bastante tranqüilo, abriga pessoas muito simples. As casas, também muito simples, são situadas ao longo da estrada que corta a área do assentamento. Diversos moradores são militantes do MST e participam de ações, seminários e cursos estaduais e nacionais.

A Cooperativa de Produtores Agropecuários Novo Horizonte – COOPERNOVA – foi fundada em 1997 por decisão dos assentados que optaram por produzir em forma cooperada. É regida por Estatuto próprio com Assembléias mensais ordinárias e reuniões extras quando necessário. A área da Cooperativa é de 1240 hectares (o total do assentamento é de 2400) e a maioria dos assentados possui origem rural. O assentamento produz de forma cooperativa verduras, feijão, milho, arroz, mandioca, mel, leite e ovos. Mantém uma granja e um alambique. A horta produz verduras de forma orgânica, sem o uso de adubos químicos e está conseguindo manter uma produção razoável, capaz de garantir o consumo individual e, quando existe, vender o excedente.

Existem também 550 cabeças de gado produzindo cerca de 200 litros de leite por dia. Este gado foi adquirido através da cooperativa, na época do assentamento, quando os assentados receberam cerca de R\$ 7.500,00⁸ (sete mil e quinhentos reais) do PROCERA e investiram o recurso na compra do gado. A granja do assentamento é capaz de distribuir 10 quilos de frango per capita por mês. O lucro, advindo da venda da produção, é dividido mensalmente entre os cooperados que trabalharam o período definido estatutariamente. Relataram que recebem, em média, cerca de 70 a 80 reais por cooperado.

A semana de trabalho é de 40 (quarenta) horas, divididos em 8 (oito) horas diárias e a produção é dividida conforme o trabalho realizado. O controle é feito, por computador na sede da cooperativa, onde é registrado o número de horas trabalhadas por cada pessoa. Ao fim do mês divide-se a produção e o lucro conforme estas horas. Se a pessoa retira mais, – por necessidade – do que trabalhou, fica devendo para ser descontado no próximo Mês. Se trabalhar a mais, fica com crédito. Saliente-se que o desconto ou o crédito é relativo a horas trabalhadas e não ao dinheiro. A quantidade que cada cooperado retira depende da produção mensal. Todas estas relações são previstas no Estatuto da Cooperativa. Foi relatado que existe cobrança coletiva se a pessoa trabalha menos. Porém, o ritmo é dado pela própria necessidade e pelo modo de vida do assentamento, que apresenta um bom convívio entre os

⁷ Agosto de 2003.

⁸ Cerca de US\$ 2500,00.

moradores⁹. Pelo Estatuto, todos os cooperados possuem direitos a duas folgas por mês para resolver problemas pessoais. Se faltar mais, deve pagar (em serviço) dobrado.

Para uma das responsáveis pela Cooperativa do assentamento¹⁰, vinculado ao MST de Tumiritinga, a vida no campo e nas cidades são diferentes, pois:

as famílias que vivem na cidade tem uma convivência totalmente diferente, porque a vida é outra, daquela família que tem a origem do campo, que saber plantar, sabe colher, sabe trabalhar a terra. E hoje se não saber trabalhar a terra, cuidar bem dela, não fica no campo, porque a terra necessita dos cuidados pra que ela produza o alimento, e quem não sabe cuidar não fica. A vida da roça é diferente porque as pessoas têm outro costume. A convivência, talvez, é diferente daquela pessoa da cidade, a pessoa da cidade acostuma com salário, com ir lá comprar aquele produto que já está lá praticamente pronto e o da roça não, ele vai produzir, ele tem mais dificuldade nessa produção, porque ele tem que ir na horta buscar a verdura, ele tem que molhar essa verdura pra que ela produza, quer dizer, livra de compra, mas tem que ter os cuidados pra produzir isso.

Quando perguntada a respeito do desenvolvimento tecnológico que invade a cultura do campo, a moradora diz que existe uma homogeneização pelos meios de informação:

Eu acho que morar na roça não significa não ter informação e eu acho que o campo está evoluindo nesse sentido. Nós temos computador, a maioria das famílias, talvez 90% tem televisão. Isso é a forma de informar, de pegar informação. Nós vivemos aqui, mas nós dependemos do Brasil, nós dependemos do mundo.

Mas reafirma as especificidades da vida no campo:

Eu acho que quem tem origem na roça, nada muda a cabeça. Nós, por exemplo, nascemos e criamos na roça, se nós fomos pra cidade nós teremos dificuldade de viver lá. Porque a casinha é muito perto da outra, espaço que a gente não tem, a liberdade que não tem, as pessoas talvez que vivem lá é maconheiro, é pessoas que usam certo tipo de coisas que aqui na roça nós não temos. Hoje por exemplo, aqui no assentamento, a casa dome aberta, a janela aberta, está fazendo calor, as janela abertas, as portas abertas, não tem motivo nenhum pra fechar. E na cidade talvez nós não temos essa oportunidade. Quem vive lá acostuma a viver trancado, portão, tem chave, tem tudo, porque a vida lá é diferente.

A escola do assentamento funciona num pequeno cômodo, muito simples. A sala é enfeitada com decorações também simples e infantis e, na parede, existe uma bandeira do MST. Recebe o nome

⁹ De acordo com uma das responsáveis pela cooperativa.

¹⁰ Entrevista com uma das responsáveis pela cooperativa.

do próprio assentamento (Primeiro de Julho) e é oferecida para crianças de 7 a 10 anos, no período da manhã e da tarde. Também existe uma turma de educação infantil mantida pela prefeitura. Ressalte-se que no momento da pesquisa de campo, estava em construção, bancado pelo governo do Estado, um prédio escolar. A construção, muito boa, destaca-se no assentamento pelo seu porte. A escola é de responsabilidade do Estado, sendo que as professoras e a responsável são contratadas pelo mesmo e lecionam também em escola da sede urbana de Tumiritinga. Todo o material escolar, assim como a merenda, é fornecido pelo Estado. O material pedagógico do MST é usado apenas em algumas situações, principalmente nas festas cívicas comemoradas pelo Movimento Sem Terra.

Observa-se, pela fala da professora da escola, que a educação “do MST” transparece muito mais como um debate político do que na relação campo e cidade, quando perguntada a respeito da formação de professores para trabalhar nas escolas de assentamento:

Eu acho que o professor não era pra ser diferente. Todo professor tem que ter a mesma formação. Voltado pra esse trabalho no campo, o professor tem que receber algum curso de formação além do que já necessita pra ele dar aula em qualquer lugar. Para dar aula em assentamento, tem que ter mais alguma formação. Por exemplo, os vultos, as pessoas importantes que eram e que são do Movimento, isso não é estudado lá na rua. Aqui é uma prioridade estudar sobre Che Guevara, estudar sobre pessoas que foram importantes pra eles, na história do Movimento. Então, nós mesmos, que não éramos do assentamento, igual eu que não sou do Movimento, depois que eu vim trabalhar aqui, já fiz vários cursos, já participei de várias oficina que me deu acesso ao material. Porque o MST tem o Setor da Educação. Eles promovem os cursos, oficinas, e a gente vai participar, quatro, cinco dias. Então a gente ia pra participar, porque não era do Movimento, não tinha acesso a esse tipo de informação. Então eu tive que aprender, e é bacana, a gente aprende muito. Eles levam pessoas que são bem inteirados naquele assunto pra fazer palestra. Aí a gente faz oficina, cada um conta a sua experiência, junta o pessoal de todas as escolas de assentamentos. Qualquer evento que vá se fazer, a abertura é sempre com uma mística. A mística pra eles tem um valor muito forte. Qualquer coisa, qualquer evento que vamos fazer aqui, a abertura é sempre uma mística.

A professora do assentamento, ao buscar definir a diferença entre as escolas do campo e da cidade, ampara-se no método de “partir” da realidade local para chegar ao global:

Eu não acredito que a gente tem que ficar só no mundo deles. Hoje ele pode estar aqui, amanhã pode estar lá nos Estados Unidos. Então a gente tem que ensinar tudo. Agora, de onde partir é que tem que ser da realidade. Eles aprendem tudo. O conteúdo nosso, é a maneira de partir da realidade, a metodologia que é diferente, mas o conteúdo [...], a gente chega lá no conteúdo do mesmo jeito.

Os meios de comunicação, principalmente a TV também é comentado pela professora da escola do assentamento:

A partir da televisão começa a ficar mais parecida (meninos do campo e cidade). Porque aí eles conversam sobre os desenhos, eles gostam muito de novela. Então eles começam a aprender as coisas pela televisão, aquilo que os meninos da rua também já tem acesso.

Concluindo, pode-se observar que a complexidade da definição acerca do campo e da cidade é uma constante. Observa-se demarcação de culturas próprias, mas também se assiste a um entrelaçamento cultural. As diferenças naturais, nas falas, são enfatizadas como propiciadoras de “uma vida mais tranqüila” no campo, ao mesmo tempo em que, pela fala da professora, os alunos da cidade são mais informados. Pode-se remontar a análise de Willians (1989), citado na Introdução deste trabalho, na qual o autor, fazendo a crítica dos estereótipos, associa a vida do campo às formas naturais, simples e inocentes, porém atrasado e limitado e a vida na cidade é associada ao centro de realizações, porém barulhenta e ambiciosa.

Quanto ao processo de escolarização, claramente observa-se que o campo é apresentado como a realidade no qual deve-se partir para alcançar um conhecimento universal. O conteúdo seria o mesmo, mas a metodologia seria diferente. A diferença explicitada ficaria a cargo das datas comemorativas do MST ou de pessoas emblemáticas ao Movimento Sem Terra, não estando, portanto, na esfera do debate urbano e rural.

A escola técnica e superior do MST

A terceira escola enfocada, a escola Josué de Castro, que é mantida pelo MST na Serra Gaúcha, possui estatuto legal como um curso supletivo de Ensino Médio, tendo o MST, através do ITERRA e da CONCRAB,¹¹ como o responsável econômico, político e pedagógico. A escola “Josué de Castro” promove os seguintes cursos médios: “Técnico em Administração de Cooperativas (TAC)” e “Magistério” e Curso Superior de Pedagogia. Promove também cursos supletivos para o ensino fundamental, pesquisa na área da reforma agrária e educação popular, cursos de panificação, laticínios e embutidos, arquivo sobre a reforma agrária, intercâmbio de experiências e seminários, palestras e debates. Os alunos devem “militar” no MST, participando das mobilizações realizadas pelo Movimento, até porque este seria também um processo pedagógico (Menezes Neto, 2000).

As discussões acerca da problemática campo/cidade e suas repercussões na educação escolar, também motivam preocupações entre os educadores da escola Josué de Castro. Quando se discute, de forma geral, como a globalização afeta as relações campo e cidade, um dos coordenadores do curso afirma que:

¹¹ A CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda.) é um sistema cooperativista dos assentados. É a promotora do curso, sendo mediado pelo Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa (ITERRA), que é uma entidade educacional ligada ao MST. O ITERRA foi criado em 12 de janeiro de 1995, em Veranópolis-RS, para ser a mantenedora do Curso Técnico em Administração em Cooperativas (TAC). São sócios-fundadores a CONCRAB e a ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola)

Na cultura, o que se vê, é uma cultura de dominação das pessoas. Tu vai perdendo no decorrer da chamada globalização, vários costumes, vários hábitos e o sentido da vida, caem na lógica do mercado e não se preocupa mais com a formação humana dos valores entre as famílias, entre as pessoas. Eu vejo essa globalização na lógica do mercado e não na lógica do desenvolvimento humano das pessoas para uma vida melhor.

Da globalização que está sendo colocada, eu acho que não tem fator positivo. E a globalização que se prega é apenas de competição de mercado, então é livre comércio, é pra dominar mesmo o pobre, a cultura¹².

Esta globalização teria efeitos perversos para os moradores do campo, nos dizeres do coordenador do TAC:

O que se vê na grande mídia é mais um trabalho de destruir o campo. Tira a parte da agricultura familiar, de um jeito que a pessoa vive pra levar a agricultura familiar pra cidade, à grande indústria, o agronegócio pro campo. Então, é uma forma de excluir¹³.

Debatendo acerca da influência dos meios de comunicação e das tecnologias, os entrevistados reconhecem o poder dos meios de comunicação nas mudanças culturais do campo, mas discordam das análises que vêem a urbanização do campo baseadas na implementação de novas tecnologias:

Tem muita influência, principalmente a televisão. Tem muita influência na juventude e isso que dá o grande êxodo rural. A juventude sair pra cidade, dá pra dizer dessa interferência cultural, principalmente pela televisão, o rádio, as músicas. Então há uma grande evasão da juventude que não quer permanecer muito tempo na agricultura. Apenas aquelas pessoas que tem uma visão mais crítica conseguem resistir na terra¹⁴.

O êxodo rural em direção às cidades é anterior ao aparecimento da mídia de massa e da “indústria cultural”. Na história do Brasil, a posse da terra está sendo disputada – e concentrada – desde que os portugueses começaram o período de colonização. Assim, as lutas dos portugueses com os índios, a escravidão na qual os negros eram trazidos para trabalhar em grandes extensões de terras para a produção de monoculturas, as lutas dos imigrantes europeus pelo direito à pequena propriedade no Sul do país e, recentemente, as lutas pela terra causadas pela modernização econômica sem a correspondente modernização social, são marcas históricas. Mas o fenômeno cultural da televisão como fator que contribui para o êxodo, através da construção de uma nova subjetividade, é um fenômeno que merece registro:

12 - Entrevista realizada com o coordenador do TAC.

13 - Ibidem

14 - Ibidem.

Hoje o campo tem televisão, tem rádio, os meios de comunicação. A gente vive essa relação, mas busca resgatar os valores da cultura do agricultor, do colono, do camponês. Porque o que parece que foi passado pra nós, até hoje, é que a cultura desse agricultor, desse camponês é atrasada, é antiga, que não tem um valor, que é importante ser da cidade, que quem mora na cidade sabe mais, tem mais coisa, vive melhor. E é isso que a gente tem que ir trabalhando, porque é importante a cultura desse camponês também. As tecnologias são urbanas porque, por exemplo, historicamente foi colocado esse direito para o homem e mulher da cidade. Por exemplo, até certo tempo, energia elétrica era coisa de urbano. Hoje, energia elétrica não é coisa de urbano, o meio rural muitas propriedades com energia elétrica, muitas famílias tem energia elétrica, sem comparar com outros [...].¹⁵

Um dia eu tava numa discussão, e disse assim: olha, eu não sei o que é certo e o que é errado, mas dizer que só porque eu nasci e criei na roça, vou querer viver sem energia elétrica? Isso não é um descobrimento da humanidade? Porque que eu não tenho direito a isso? Por que isso me diminui? Pra ser do campo, pra ser legal é sem energia, com luz de querosene?¹⁶

Então um agricultor rural não pode ter uma luz, não pode ter uma televisão, não pode ter uma outra coisa? Eu acho que isso não interfere pro cara ser rural ou urbano, eu acho que aí tem um erro de concepção, ou vamos dizer, quem estuda essa parte aí, ela está olhando meio equivocado o negócio. Na minha visão, o que diferencia é o sustento do trabalho, o que tu arranca da terra, as coisas. Nós temos vilas rurais de setecentas famílias que moram numa vila só, que tem luz, que tem acesso a posto de saúde, a hospital e essas outras coisas, que você pode reivindicar, mas são trabalhadores rurais, porque sobrevive da terra, a fonte de trabalho deles e de trabalhar na terra, não perde a origem com o campo.¹⁷

Algumas falas debatem diversas questões referentes ao campo e a cidade, dentro de um enfoque político, em que apresentam uma característica universal do ser humano, diferenciados, na sociedade capitalista, que merecem ser apresentadas:

Há sim uma homogeneização. Existe uma imitação até nas festas. A gente começa a imitar nas palavras, a imitar as idéias hegemônicas do mundo impostas especificamente pelos americanos, o jeito de comer, o jeito de vestir, o jeito de fazer as festas. Agora, a gente não acredita que há uma homogeneização total porque valores também não são coisas que se substituem assim. Valores se conquistam e se constroem na história. Agora, quando nós trabalhamos a questão da cultura no Movimento dos Sem Terra, especificamente, aqui na escola quando a gente preocupa em que tem que ter discussão

¹⁵ Entrevista com uma aluna do curso de Pedagogia da Terra.

¹⁶ Entrevista com aluna do curso de pedagogia e participante do "Círculo de Acompanhamento Pedagógico" da escola.

¹⁷ Entrevista com o coordenador do TAC

sobre a questão da cultura, é pra gente não esquecer de valorizar o que a gente tem é específico¹⁸.

É difícil definir quem é que nós somos. Então, nós estudamos bastante o Darcy Ribeiro, aqui na escola, buscando compreender quem é povo brasileiro, estudar a história da luta pela terra no Brasil, pra gente entender quem somos, os sem terra, quem é o sem terra. Quem somos enquanto movimento, mas antes de tudo enquanto sujeito. Quem eu sou enquanto Movimento, mas quem eu sou enquanto pessoa. Porque senão a gente começa a entrar em crise porque a idéia de que tudo é igual, de que se come igual em qualquer parte do mundo, de que a moda agora é ser assim¹⁹.

O que impõe as fronteiras é uma necessidade mais econômica. Mas nós somos seres humanos em todo o mundo, em todo o canto do mundo²⁰.

Independente se somos do campo ou da cidade, nós somos seres humanos. O capitalismo não ensina ninguém. Então, não é com o capitalismo que nós vamos aprender os valores necessários a uma prática de solidariedade universal, que é muito diferente da globalização.²¹

A influência do marxismo transparece nas análises realizadas pelos educadores da escola e em diversos documentos relativos ao projeto educativo do MST, nos quais as críticas ao capitalismo e as análises centradas nas classes são apresentadas como fundamentais para o entendimento das transformações sociais e pedagógicas (Princípios, 1996).

A nossa luta é uma luta de classes. E a nossa luta não é do campo contra a cidade, nem da cidade contra o campo. Agora, nós temos que aprofundar o estudo é para entender mesmo quem é o camponês, quem é o trabalhador rural. Quem é esse sujeito? Quer dizer, que valores, o que é fazer uma vida digna no campo?²².

Mais especificamente sobre a vida escolar, os entrevistados dizem

A gente defende que o professor rural venha do campo, ajude a trabalhar a questão da terra junto com as famílias, a importância que tem dado a terra, o valor da vida, essa parte. Os movimentos sociais também estão discutindo isso²³.

A escola primeiro tem de despertar o ser humano, ela tem de dar elementos pro ser humano fazer a leitura do mundo. Pra mim, a primeira coisa, independente de se trabalhar no meio urbano ou rural, seria dar os elementos pra pessoa identificar o meio que ele está inserido e conseguir fazer essa leitura crítica. Tanto faz da cidade quanto do campo. Paulo Freire já dizia, sujeitos pensantes de sua própria história²⁴.

18 Entrevista com aluna do curso de pedagogia e participante do "Coletivo de Acompanhamento Pedagógico" da escola.

19 Ibidem.

20 Ibidem.

21 Ibidem.

22 Ibidem.

23 Entrevista com o coordenador do TAC.

24 Ibidem.

Se eu estou no campo, a educação tem que ser voltada pro campo, mas entendendo as contradições que existem na cidade, como funciona a sociedade, qual é o limite que tem na cidade, qual o limite no campo e fortalecer para que essa pessoa permaneça no campo.

Agora, o que é essa educação do campo? É aquela que leva em conta os direitos e a realidade do sujeito. E que contribua para que esse homem, essa mulher, esse adolescente do campo se conheça e possa fazer a luta por aquilo que é direito²⁵.

Dois com mais dois são quatro em qualquer lugar do mundo, do campo ou da cidade. Agora, o que é específico? É a valorização do espaço e do ambiente, porque o ser humano não é a mesma coisa em qualquer lugar. O conhecimento é universal²⁶.

Se a gente quer estudar tem que sair do campo. Porque você só pode ter determinados estudos na área urbana. Quer dizer, na área rural não tem isso. Então a gente começa a ficar desvalorizado²⁷.

Observa-se nessa escola, mantida pelo MST, a forte presença do discurso político. Porém, a dificuldade de definição entre a vida e a escola rural e urbana permanece. Basicamente, acerca da escola, o discurso permanece na elaboração pedagógica de “partir da realidade”. Mas não se pode desprezar a incorporação política na pedagogia do MST, presente nas falas transcritas. A busca da valorização cultural do camponês, a incorporação das lutas dos moradores do campo e a crítica ao capitalismo como um sistema excludente e desvalorizador da cultura rural transparecem e tornam a escola do MST original, apesar de não responder claramente às diferenças entre uma escola do campo e uma escola urbana.

Conclusão

Neste limiar de século, a questão campo/cidade apresenta um formato derivado de seu tempo histórico. Observa-se que a cultura, a produção, o mundo do trabalho, a ciência e a tecnologia transformam-se, tornando a relação rural/urbana motivo de complexidade. Globalização, localismos, novas tecnologias e a difusão da indústria cultural, através do rádio e da TV, da escola e do consumo, fazem dessa relação um espaço de exclusão e integração. Os sujeitos migram, conhecem as cidades e, alguns, voltam para o campo, levando novas relações, novos saberes, novas implicações sociais.

O processo de globalização, concomitante ao fortalecimento de movimentos locais, trouxe novas problemáticas relativas ao entendimento da complexa questão urbano/rural, campo/cidade. E aí encontramos diversas configurações, pois existem culturas tradicionais conservadoras, que, numa análise marxista, poderíamos denominar como uma forma ideológica de dominação das classes dominantes, até culturas que se formaram em forma de resistência e de luta a essa mesma dominação.

25 Entrevista com aluna do curso de pedagogia e participante do “Coletivo de Acompanhamento Pedagógico” da escola.

26 Ibidem.

27 Ibidem.

Hall (1989, p.69) examina três possíveis consequências deste processo de globalização combinado com o fortalecimento das identidades locais:

- As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do pós-moderno global.
- As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização.
- As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar.

Assim, culturas híbridas, neste mundo de globalização e localismos, configuram-se no novo processo. Rural e urbano tornam-se, dialeticamente, híbridos. Ainda vivemos em uma sociedade onde muitos lutam por um pedaço de terra para a sua sobrevivência, assim como nas cidades muitos lutam pelo teto, pelo emprego. A reforma agrária hoje, importante sob o prisma social, deve incorporar as discussões das mudanças culturais e das transformações da ciência e da técnica no processo produtivo, levando em conta inclusive a questão de definir qual a ciência e qual a técnica interessam aos seres humanos para que o processo de globalização e revolução tecnológica seja um fator de socialização da produção material e cultural sob o controle da maioria e não traga um desenvolvimento carregado de exclusões e monopólios.

E nesse sentido, a escola do campo deve aceitar o conflito e trabalhar seu caráter universal, local e híbrido, aproveitando o momento histórico para potencializar a formação humana, levando em conta seu caráter crítico e criador, local e universal.

Referências

- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- FIORI, José Luís. **Globalização, hegemonia e império**. Poder e dinheiro: uma política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GOODMAN, D.; SORJ, B., WILKINSON, J. **Das lavouras às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Impactos das tecnologias da informação na agricultura. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília: v. 34, n.2, p. 7-30, nov./dez. 1995.
- _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.
- _____. **O novo rural brasileiro**. 2.ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro E. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992/97 In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27, 1999, Belém – PA. **Anais**. Belém, Pa: ANPEC, 1999. v. 1, p. 207 –227.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- IANNI, Otávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- IANNI, Otávio. Agricultura e mundialização. **Cadernos de sociologia**, n. especial, out. 1994.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec: 1993.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STEDILE, João Pedro (Org). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MENEZES NETO, Antonio Julio. **Além da Terra**: cooperativismo e trabalho no projeto educativo do MST. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MENEZES NETO, Antonio Julio. Educação, sindicalismo e novas tecnologias nos processos sociais agrários. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 23, n.3, set./dez. 1997.

MENEZES NETO, Antonio Julio. Globalização e modernização nas relações sociais no campo e o projeto educativo do MST. **Contexto & Educação**, Ijuí, Ano 11. n. 47, jul./set. 1997.

PETRELLA, Ricardo. A mundialização da tecnologia e da economia. **Revista Vozes**, Petrópolis, RJ, v.85, n.4, jul./ ago. 1991.

PRINCÍPIOS da educação no MST. **Cadernos de educação**, São Paulo, n. 8, jul. 1996.

SILVA, Gislene. **O imaginário rural do leitor urbano o sonho mítico da casa no campo**. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.

SORJ, Bernardo. A reforma agrária e tempos de democracia e globalização. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 50, mar. 1998.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.